



14º CONGRESSO DA FETEERJ

20 e 21 de março de 2026

Democracia, Soberania e Resistência

Nos dias 20 e 21 de março de 2026, a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro (FETEERJ), que agrega 11 Sindicatos de Professores - Sinpros em todo o Estado, realizará seu 14º Congresso, com participação de delegações eleitas pelas respectivas entidades filiadas, além de observadores e convidados.

Com o tema central “Democracia, Soberania e Resistência”, além de nortear os rumos políticos da nossa entidade sindical para os próximos quatro anos, o Congresso vai eleger também a nova Diretoria Colegiada da Federação.

O desafio será enorme para a FETEERJ e os próprios sindicatos: realizar um congresso que ajude a fortalecer as entidades para participarem da luta em defesa da democracia em nosso país e sobretudo, resistir aos ataques internos e externos à soberania nacional e aos direitos dos trabalhadores, diuturnamente atacados por uma burguesia reacionária que não aceita qualquer avanço propugnado pelas entidades de classe, organizada em torno de seus sindicatos.

Diante disso, o Congresso irá discutir esses três temas e assuntos correlatos, tais como a sustentação financeira da FETEERJ e os avanços da tecnologia que impactam no dia a dia do trabalho da categoria, especialmente aqueles e aquelas que trabalham em instituições privadas de ensino.

Democracia:

As eleições gerais que serão realizadas em outubro de 2026 serão fundamentais para mostrar o rumo político que o Brasil tomará. Trata-se de saber se continuaremos a seguir o atual rumo de manter e aprofundar a democracia, buscando trazer para o projeto todo o povo brasileiro. Incluindo aquela enorme parcela que, ao longo da história, sempre ficou à margem das decisões importantes para a nação; ou se assistiremos, impunemente, à vitória de uma candidatura reacionária e contrária ao projeto de construção de uma nação democrática e soberana.

A atual gestão do governo Lula — eleito em 2022 com um programa que tem como objetivo principal construir um país democrático e soberano — passa por sobressaltos diários,



atacada por um Congresso cuja maioria de deputados e senadores tem como bússola a manutenção de benefícios imorais, exemplificados pelas chamadas “emendas parlamentares secretas” que sustentam seus quintais partidários (e muitas vezes familiares); um governo atacado por uma oposição de extrema direita hidrófoba, pernóstica e, portanto, perigosa - cujas ações são exemplificadas na tentativa de golpe de Estado, em 8 de janeiro de 2023; um governo também atacado pela imprensa corporativa nacional e pelas “big techs” internacionais (Apple, Microsoft, Amazon, Google, Meta, entre outras), que não têm o menor escrúpulo em mentir, em tempo real, para desestabilizar o governo, destruir os partidos, sindicatos e demais instituições que o apoiam.

Trata-se de uma situação já vista em outros momentos da história da nossa democracia, como no cerco ao governo Getúlio Vargas, na década de 50; como na tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek; no golpe militar de 1964; nos julgamentos seletivos do Mensalão e da Lava Jato, que levaram à prisão ilegal de Lula; no golpe contra Dilma Rousseff; e tendo como auge a eleição de um extremista de direita tosco e perigoso, Bolsonaro — o mesmo que tentou o golpe violento de 2023, ao perder a reeleição.

Em nosso entendimento, toda a oposição irá se juntar contra a reeleição de Lula, visando destruir o projeto democrático que está sendo implementado pelo atual governo — com avanços e recuos, claro! —, e que tem como base manter e aplicar a Constituição de 1988, que determina em seu preâmbulo: *“Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”*.

É pelo cumprimento dessa frase posta no início da Constituição que o atual governo vem implementando as políticas públicas para todo o povo brasileiro; negocia intensamente com todos os setores sociais, visando ao crescimento econômico justo da nação; É contra isso que os setores reacionários lutam atualmente, seja no Congresso, seja na mídia, seja nas estruturas sociais, incluindo aí as escolas e universidades. Com certeza, lutarão nas eleições gerais de 2026, opondo à candidatura democrática um candidato de extrema direita.

A Categoria da Educação:

A categoria dos professores e professoras que atua nas instituições privadas de ensino é uma das que mais sofrerá, no caso de um retrocesso eleitoral em 2026. Direitos e conquistas podem estar em risco premente, como a própria CLT.



É nossa convicção que neste nosso 14º Congresso devemos reafirmar princípios, nos quais o professor e a professora são alicerces do desenvolvimento humano, científico, cultural e ético da nação. E que é por meio de suas atuações que o conhecimento se transforma em instrumento de emancipação e cidadania.

Ao ensinar, o professor e a professora contribuem para o fortalecimento da democracia, para a superação das desigualdades e para a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos. Nenhuma política pública, avanço tecnológico ou transformação social se sustenta sem o compromisso e o saber desses profissionais, mediadores entre o indivíduo e o mundo, entre a informação e a sabedoria, entre a escola e a vida.

Nesse processo trata-se de restaurar o respeito social e o prestígio simbólico do professor e da professora. É preciso combater o discurso que responsabiliza o corpo docente pelas falhas estruturais da educação e reconhecer que esses profissionais atuam, muitas vezes, em contextos de extrema carência de recursos e apoio institucional. Tal realidade de trabalho, no entanto, faz com que o contraditório se expresse em toda a sua prenitude: sobrecarga de trabalho, turmas numerosas e metas desumanas a serem cumpridas, gerando um cenário alarmante de adoecimento mental entre professores e professoras - a exemplo da “Síndrome de Burnout”, em que a depressão e a ansiedade tornaram-se cada vez mais frequentes na categoria.

Urge que as instituições de ensino e os órgãos públicos implementem políticas efetivas de cuidado com a saúde mental docente, com apoio psicológico, programas de prevenção e condições que garantam o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Cuidar da saúde do professor e da professora é condição indispensável para o bom funcionamento da escola e para a qualidade do ensino.

E mais, nenhuma sociedade pode aspirar a um ensino de excelência quando seus professores e professoras recebem salários incompatíveis com a importância de sua função. É inaceitável que profissionais responsáveis pela formação das futuras gerações convivam com remunerações precárias e ambientes de trabalho inadequados. É necessário garantir planos de carreira dignos, reajustes salariais periódicos, infraestrutura adequada, acesso a tecnologias e oportunidades de formação continuada. O investimento na melhoria das condições de trabalho docente é um investimento direto na qualidade da educação pública e no desenvolvimento nacional.

Valorizar o professor e a professora é reconhecer que o conhecimento é a força transformadora e que a educação, pública ou privada, é uma trincheira de luta por justiça social. O Brasil precisa romper com o modelo que explora quem ensina e negligencia quem aprende. A valorização docente deve ser pauta de mobilização permanente, sustentada por movimentos sociais, sindicatos, coletivos estudantis e por toda a classe trabalhadora.



Neste aspecto, reafirmamos, como defesa de princípios, que não haverá futuro digno sem professores e professoras respeitados, saudáveis e bem remunerados. Defender a docência é defender o povo, a democracia e a esperança.

Diante deste perverso quadro político-social, cabe ainda ressaltar que, em 2026, também ocorrerão eleições para o Senado, Câmara dos Deputados, governos estaduais e Assembleias Legislativas. Com isso, um presidente progressista sem apoio no Congresso pode ter o seu programa sabotado. Portanto, a eleição de candidatos progressistas ao Parlamento deve ser vista como prioridade para o campo democrático.

Neste processo, o Estado do Rio de Janeiro terá uma eleição importante para o governo. Um Estado em que o programa bolsonarista, corrupto e reacionário, está no poder desde 2018. É o momento de dar um basta nessa situação.

Em 2022, o Congresso da FETEERJ apoiou uma candidatura à Presidência dos setores democráticos e que se contrapunha ao projeto da extrema direita; e apoiou o voto em parlamentares federais e estaduais e candidatos ao governo do estado comprometidos com a democracia.

É nessa mesma direção que este nosso 14º Congresso deverá caminhar, levando a toda a sua base as decisões, buscando intervir na realidade cotidiana da categoria.

Soberania:

A eleição de Donald Trump, em 2024, nas eleições presidenciais norte-americanas causou um choque sem precedentes em todo o mundo. Como se fosse ungido por um direito natural histórico, Trump se armou, literalmente, de uma política intervencionista econômica e militar que tem eco naquela perpetrada pelos EUA no início do século 20, conhecida como a política do **“big stick”**: “fale com suavidade (para com as demais nações) e tenha à mão um grande porrete”.

Este terror político trumpista vem atingindo em cheio toda a América Latina, tendo como auge, até agora, o sequestro do presidente Maduro, da Venezuela, e a consequente tomada, na prática, da economia daquele país — sobretudo da produção de petróleo.

Trump também ameaçou com a mesma ofensiva o México e a Colômbia, e agora atua de forma agressiva para asfixiar a economia cubana, visando a derrubada do regime socialista.

Economicamente, o norte-americano se armou de tarifas unilaterais, com a taxação dos



produtos importados pelo seu país em mais de 100%. Nesse ponto, o Brasil foi atingido em cheio, com a taxaço de nossos produtos de exportação em 50%, o que exigiu do nosso governo uma diplomacia intensa para reverter boa parte dessas taxas.

Essa atuação trumpista tem como contexto a reação imperialista ao bloco dos BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul; recentemente ampliado com as entradas de Egito, Emirados Árabes, Arábia Saudita, Etiópia, Irã e Indonésia.

Um quadro no qual o atual governo norte-americano apoia incondicionalmente a política genocida de Israel contra o povo palestino. E agora, nos alvorecer do mês de março a humanidade assistiu atônita o recrudescimento de uma violência extremada expressa no ataque ao Irã, executado pelos EUA, de mãos dadas com Israel - juntos, rasgaram o direito internacional, em todos os sentidos. Uma situação iniciada por Israel e EUA, gravíssima, e que periga levar o mundo a uma escalada militar há muito tempo não vista.

O apelo que o governo brasileiro fez para que seja respeitado o Direito Internacional, se evite a escalada de hostilidades e se assegure a proteção de civis e da infraestrutura civil foi corretíssimo - a FETEERJ e os Sinpros se unem a esse apelo.

Outro alvo da política trumpista é o sistema multilateral nas relações internacionais, com os ataques às instituições mundiais baseadas na cooperação, negociação e ação conjunta de países para resolver problemas globais e promover interesses comuns, guiada pelo direito internacional, com foco em instituições como ONU, OMC e OMS — uma busca pelo consenso e estabilidade, em contraposição ao unilateralismo e à guerra comercial e imperialista.

Ressalte-se o fato de que até mesmo dentro de seu próprio país, Trump também vem aplicando sua agenda de destruição das relações institucionais, levando os EUA para uma situação que, na prática, se aproxima de uma ditadura, ou como dizem alguns estudiosos, uma autocracia. A verdade é que essa política colocou para o Brasil, mais do que nunca, a importância de termos um projeto de nação soberano e independente, com todos os riscos que isso implica em uma agenda internacional.

Para isso, é fundamental que o governo defenda nossa economia, tendo como base a independência tecnológica e o incremento dos mercados multilaterais — na contramão do que deseja a maior potência do mundo.

Os EUA já deixaram claro que querem reaver a América Latina para o seu “quintal” e o Brasil, uma das maiores economias mundiais, é a cereja do bolo para o programa trumpista.

Com isso, é quase certo que haja tentativas de interferência nas eleições de 2026 aqui — com o apoio de políticos de extrema direita, setores da mídia e parte do empresariado interessado em superlucros, em detrimento de conquistas sociais.



Ou seja, a eleição de 2026 poderá ter repercussão mundial como poucas vezes aconteceu em nossa história; está em jogo a democracia brasileira e também o fortalecimento da democracia em todo o mundo — é esta a responsabilidade que os setores democráticos de todos os campos políticos devem ter em mente, no momento crucial de todo o processo eleitoral em outubro vindouro.

Dessa forma, a FETEERJ e os Sinpros conclamam os democratas brasileiros a se unirem em torno de uma candidatura progressista para a eleição de 2026, que vise ao enfrentamento soberano da atual política internacional.

Resistência:

A Federação e os Sindicatos que a compõem têm total noção da importância da luta sindical como um dos esteios da democracia nacional, ao longo de nossa história. Não sem motivo, em tempos de exceção política, os primeiros a serem atacados são os sindicatos, oprimidos duramente em sua missão de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Mesmo em uma situação de suposta democracia, como aquela que trouxe ao poder o vice-presidente Michel Temer, que liderou o golpe contra Dilma, os trabalhadores e seus sindicatos foram duramente atingidos com a promulgação da Reforma Trabalhista, em 2017: ela liberou quase totalmente a denominada “pejotização” da economia, com a desconstrução da base de financiamento dos sindicatos — um golpe dentro do golpe.

Já em 2019, uma das primeiras Medidas Provisórias de Bolsonaro foi proibir o desconto em folha dos filiados aos sindicatos de servidores públicos, com repercussão naqueles que representam os trabalhadores da iniciativa privada, buscando asfixiar as entidades sindicais — o Congresso breiou esse ataque.

A reforma trabalhista ainda vem fazendo vítimas: o STF está para julgar um recurso de empresários que buscam liberar de vez os contratos temporários (pejotização). Isso em um momento em que a sociedade organizada e o governo Lula lutam pela aprovação, no Congresso, do fim da escala 6x1; em um momento em que foi aprovada e está em vigor a lei do fim do imposto de renda para os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil.

Não nos iludamos! A extrema direita quer aprofundar a reforma trabalhista em nosso país, nos mesmos moldes da lei recentemente aprovada pelo Congresso Argentino: jornada de 12 horas; fim das horas extras; fim da licença-saúde; redução profunda das contribuições previdenciárias dos empregadores, dentre outros absurdos.



Para aprovar a lei, Milei e os empresários que o apoiam utilizaram o mesmo discurso que serviu, à época de Temer, no Brasil, para aprovar a reforma trabalhista, em 2017: “modernização” da legislação, “criação de mais empregos”, “combate” à informalidade e flexibilidade para alavancar a economia. Uma falácia! Tudo aconteceu ao contrário disso, com o desemprego e a informalidade batendo recordes, colocando em risco o sistema previdenciário.

Esse cenário só começou a mudar sob o atual governo Lula, com uma agenda diferente de estímulo à economia e geração de empregos, combinada com a valorização real do salário mínimo — no caso específico dos professores, Lula atualizou o cálculo do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Assim, apesar de o Banco Central manter uma política de juros elevados, o PIB vem crescendo, desde 2023, mais que o dobro do governo anterior.

Repetimos: é neste contexto que se dará a luta sindical em 2026: a resistência ao avanço dos ataques da burguesia reacionária contra as leis trabalhistas e da organização dos trabalhadores.

Conclusões:

O 14º Congresso da FETEERJ deverá responder aos chamados em defesa da democracia e da soberania, em nível nacional, estadual e municipal.

É fundamental, para o futuro da democracia de nosso país, a vitória do campo progressista. Tal luta não se contrapõe às nossas lutas específicas da categoria; ao contrário, as reforça.

Em 2026, nossas campanhas salariais devem continuar a visar ao aumento real dos salários, além da manutenção das conquistas sociais nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho. Uma campanha feita com todos os Sinpros, através das negociações coletivas, sob a liderança da FETEERJ, na qual não se pode mais ignorar as novas bandeiras de luta da categoria, como o pagamento da “hora tecnológica”.

Ressalte-se que nossa categoria é majoritariamente formada por mulheres. Por isso, é fundamental que a FETEERJ e os Sinpros atuem na defesa da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, conforme manda a Lei Federal nº 14.611/2023, que tornou obrigatória a isonomia salarial para trabalho de igual valor ou mesma função, exigindo transparência e programas de inclusão nas empresas.



Caberá, também, à FETEERJ e, por extensão, todos os sindicatos filiados, conferirem maior visibilidade às pautas de gênero e orientação sexual e às demandas por participação de homens e mulheres em igualdade de condições na organização sindical.

Plano de Lutas:

- 1) Participar da luta pela definição de uma estratégia para pressionar o governo a instituir uma mesa de negociação, visando rever a Reforma Trabalhista e o estabelecimento de um novo marco legal;
- 2) Participar da luta pela definição de uma estratégia para pressionar o governo a instituir uma mesa de negociação, visando rever a Reforma Previdenciária de 2019 e estabelecer um novo marco legal;
- 3) Ampliar e fortalecer a luta contra as privatizações das Estatais;
- 4) Potencializar a defesa da democracia, com unidade e mobilização conjunta com os movimentos sociais, junto aos espaços de participação popular;

Fortalecer as ações organizativas e de mobilização em torno das lutas pela Soberania Nacional;

- 5) Ampliar a interação entre entidades sindicais filiadas, com vistas à construção de frentes unificadas de luta;
- 6) Defender, junto à categoria e à sociedade, candidaturas no campo democrático e progressista, que representem a classe trabalhadora no pleito de 2026;
- 7) Lutar pela construção de uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) unificada da Educação Básica em todo o Estado do Rio de Janeiro, tendo a Federação como representante dos sindicatos filiados e interlocutora junto ao patronal;
- 8) Estabelecer formas de sustentação financeira da Federação;
- 9) Participar dos Conselhos Municipais de Educação e dos diversos fóruns de atuação estadual e municipais ligados à educação ou correlatos;
- 10) Participar do projeto de valorização, negociação coletiva e atualização da organização sindical no Plano Nacional de Formação Sindical da CUT.
- 11) Contribuir com o debate nacional sobre o processo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação buscando atuação unificada junto à nossa Confederação Nacional (CONTEE);
- 12) Construir uma pauta reivindicatória e uma agenda de mobilização junto à categoria para a democratização e implementação de propostas que busquem garantir e ampliação de direitos e conquistas;



- 13)** Lutar pela regulamentação do trabalho por Plataformas (aplicativos), com a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e limitação de atendimento virtual;
- 14)** Desenvolver ações de combate à precarização das condições de trabalho e de defesa da saúde do professor e da professora;
- 15)** Desenvolver ações de Combate ao racismo, machismo, misoginia, homofobia e defesa de um desenvolvimento sustentável e com justiça social.

Diretoria Colegiada da FETEERJ – Rio de Janeiro, 20 e 21 de março de 2026